

A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO PIBID NO APOIO PEDAGÓGICO

Ana Flávia Gomes do Nascimento ¹
Francisco das Chagas Alves da Silva ²
Franciana Carneiro de Castro ³

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática sobre o Apoio Pedagógico nos Anos Iniciais da Educação Básica, além de compor os objetivos formativos do Núcleo de Iniciação à Docência/NID/Pedagogia da Universidade Federal do Acre/Ufac vinculado ao Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação à Docência/Pibid. A finalidade é refletir como o Apoio Pedagógico é compreendido e praticado na escola parceira do Pibid, destacando os desafios dessa prática. Recorremos aos estudos de Luckow, Cordeiro e Schulze (2016) e Sousa e Cruz (2023), como também o trabalho na iniciação à docência. Assim, utilizamos a observação participante em sala de aula por meio dos registros (diário de campo, fotografia e material didático). Paralelo a essa atividade, temos os estudos acadêmicos que possibilitam uma abordagem crítica e sensível das práticas relacionadas ao Apoio Pedagógico. Observamos que na sala reservada para o apoio, esta parece assumir como espaço para ‘correção’ dos alunos que não acompanham o ‘ritmo da turma’, reforçando práticas exclucentes. Além disso, a Sala de Recurso Multifuncional que faz o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiências é utilizada para realizar o Apoio Pedagógico, apesar de não ter profissional com formação para esse fim. O que se tem são profissionais de outras atividades da escola realizando o apoio. Isso posto, há um prejuízo na qualidade do suporte para os alunos com dificuldades de aprendizagem, os quais retornam à sala de aula com sentimentos de incapacidade e desmotivação, o que impacta no desempenho escolar. Ao assumirmos o Apoio Pedagógico o intuito foi de acolher, valorizar e respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno, além de trabalhar com os conteúdos escolares. Portanto, é necessária uma formação docente de qualidade, inclusiva e humanizadora, permitindo que os alunos possam desenvolver suas potencialidades cognitivas, afetivas, culturais e educativas.

Palavras chave: Apoio Pedagógico, Experiência, Formação Docente.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre - UFAC, ana.flavia.g.n@sou.ufac.br

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre - UFAC, alves.francisco@sou.ufac.br

³ Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre - UFAC, franciana.castro@ufac.br

INTRODUÇÃO

O Apoio Pedagógico nos anos iniciais da Educação Básica constitui uma prática essencial para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes que apresentam dificuldades no desenvolvimento escolar. Entretanto, a forma como esse apoio é concebido e executado nas instituições muitas vezes acaba reforçando práticas de exclusão, em vez de garantir a inclusão e o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem. Nesse contexto, torna-se relevante refletir sobre como o Apoio Pedagógico é compreendido e efetivado nas escolas, destacando seus limites e possibilidades.

Este artigo tem como objetivo analisar a prática do Apoio Pedagógico em uma escola parceira do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre (Ufac). Para tanto, a discussão se apoia em observações realizadas em sala de aula, registros em diário de campo e análise de materiais didáticos, articulados aos estudos de Luckow, Cordeiro e Schulze (2016) e Sousa e Cruz (2023). A partir dessa análise, busca-se problematizar os desafios enfrentados e refletir sobre caminhos que possam contribuir para uma prática pedagógica mais inclusiva, humanizadora e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos.

METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida em uma escola pública parceira do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UFAC). Teve como objetivo compreender as práticas de apoio pedagógico nos anos iniciais da Educação Básica, relacionando teoria e prática no contexto escolar.

Realizamos observação participante, com registros em diário de campo, fotografias e análise de materiais didáticos, o que possibilitou uma aproximação direta com a rotina da escola e com as ações pedagógicas voltadas ao apoio. Nossa atuação como pibidianos permitiu vivenciar e refletir, de forma prática, sobre os desafios e as possibilidades dessa experiência formativa.



Como embasamento teórico e legal, consideramos autores como Luckow, Cordeiro e Schulze (2016) e Sousa e Cruz (2023), além de documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Esses referenciais fundamentaram a análise das políticas e práticas de apoio pedagógico observadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O apoio pedagógico tem sido amplamente discutido no campo educacional por seu papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem e à inclusão de todos os alunos. Historicamente, essa prática surgiu como um recurso voltado à recuperação de conteúdos, mas, ao longo dos anos, vem assumindo uma perspectiva mais ampla, que busca atender às necessidades individuais e promover o desenvolvimento integral do estudante. Assim, compreender o apoio pedagógico é compreender também as transformações da educação inclusiva e o compromisso da escola com a equidade.

Segundo Donida e Santana (2019), o apoio pedagógico deve ser entendido como uma prática educativa que valoriza o aluno em suas particularidades, respeitando o ritmo de aprendizagem e oferecendo condições para que todos possam participar de forma significativa do processo escolar. Essa concepção rompe com o modelo tradicional e excluente, que via o apoio apenas como “reforço”, e o coloca como espaço de acolhimento, escuta e mediação pedagógica.

Os marcos legais da educação brasileira reforçam essa perspectiva inclusiva. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação a todos os cidadãos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece princípios de igualdade de condições e prevê adaptações pedagógicas para atender às diferenças individuais; a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) determinam que a escola deve garantir acessibilidade, participação e atendimento educacional especializado. Além disso, o Plano



Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) define metas voltadas à inclusão e à equidade, demonstrando o compromisso do país com uma educação de qualidade para todos.

Esses fundamentos legais e teóricos orientam o desenvolvimento desta pesquisa, que analisa como o apoio pedagógico é compreendido e vivenciado na prática escolar, especialmente no contexto do PIBID/UFAC. Conforme destacam Luckow, Cordeiro e Schulze (2016), reconhecer as necessidades de cada aluno e compreender as condições concretas de

aprendizagem são passos essenciais para construir estratégias pedagógicas eficazes. No entanto, observações realizadas na Escola Luiza Batista de Souza evidenciam que muitos professores mediadores ainda enfrentam desafios como a falta de formação específica, recursos insuficientes e excesso de demandas, o que compromete a efetividade das ações.

Autores como Neta, Pereira e Mélo (2024) reforçam que a inclusão só ocorre de fato quando há trabalho coletivo e valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido, o apoio pedagógico não deve ser visto como uma prática isolada, mas como parte integrante do projeto pedagógico da escola, articulando-se ao trabalho do professor regente e às políticas de formação docente.

O crescimento no número de alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento no Estado do Acre, que, entre 2017 e 2023, passou de 729 para 6.567 estudantes com Transtorno do Espectro Autista (SEE, 2025) revela a urgência de fortalecer políticas públicas, investir em formação continuada e aprimorar o apoio pedagógico como ferramenta de inclusão.

Portanto, a trajetória teórica que fundamenta esta pesquisa parte da concepção de que o apoio pedagógico é uma prática mediadora e inclusiva, sustentada por bases legais e pela reflexão crítica sobre o papel da escola na promoção da equidade. Essa compreensão orienta todo o percurso metodológico e analítico do estudo, buscando evidenciar que o apoio pedagógico é mais do que um complemento: é um eixo estruturante de uma educação democrática, humanizadora e voltada para o desenvolvimento integral de todos os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



da Educação Básica. A partir das observações e dos registros em diário de campo, foi possível identificar as necessidades dos alunos, as estratégias de apoio utilizadas e os desafios enfrentados pelos profissionais da escola.

Em relação às necessidades dos alunos, constatamos que muitos chegam à escola sem receber o atendimento adequado às suas especificidades. O grande número de estudantes por turma e a falta de recursos humanos e materiais dificultam o acompanhamento individualizado. Apesar das garantias previstas na legislação, como a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2014 e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, ainda há um distanciamento entre o que é assegurado e o que é efetivado na prática escolar. Conforme destacam Luckow, Cordeiro e Schulze (2016), reconhecer as necessidades de cada aluno é o primeiro passo para planejar estratégias que realmente favoreçam o aprendizado.

No que se refere às estratégias de apoio, observamos que o trabalho é desenvolvido principalmente pelos professores mediadores, em parceria com o professor regente. As ações mais frequentes envolvem atendimentos individuais ou em pequenos grupos, adaptação de atividades e acompanhamento contínuo dos alunos. Contudo, também percebemos limitações, como a sobrecarga de trabalho, a falta de formação específica e o uso inadequado da Sala de Recursos Multifuncional para fins que não correspondem ao Atendimento Educacional Especializado. Essas situações comprometem a qualidade do apoio e fazem com que, muitas vezes, os alunos retornem às turmas com sentimentos de incapacidade e desmotivação.

Durante nossa vivência como pibidianos, foi possível refletir sobre a complexidade dessa realidade. Em muitos momentos, o apoio pedagógico funcionava mais como um espaço de “correção” do que de acolhimento. Notamos que os alunos que frequentavam o apoio apresentavam baixa autoestima e insegurança em relação à aprendizagem. Por outro lado, quando as atividades eram realizadas de maneira mais acolhedora e respeitavam o ritmo individual, os estudantes demonstravam maior envolvimento e motivação.

Outro ponto importante identificado foi a carência de estrutura física e de recursos adequados, além da necessidade de maior participação da família no processo educativo. Percebemos que a escola sozinha não consegue garantir a inclusão plena sem o envolvimento da comunidade e o apoio dos órgãos responsáveis pela educação.



Os dados do Estado do Acre reforçam essa realidade. Entre 2017 e 2023, o número de alunos com Transtorno do Espectro Autista passou de 729 para 6.567, o que representa um

aumento de 901%. Em 2025, foram convocados 597 mediadores para atuar no Atendimento Educacional Especializado, o que demonstra avanços, mas também a urgência de mais investimentos em recursos e formação de profissionais qualificados.

Esses resultados confirmam que o apoio pedagógico não deve ser visto apenas como reforço escolar, mas como um componente essencial da educação inclusiva. Para Sousa e Cruz (2023), a inclusão só se efetiva quando há cooperação entre professores regentes, mediadores e gestores. Mantoan (2018) reforça que respeitar os diferentes ritmos e modos de aprender é condição indispensável para garantir uma educação equitativa e humanizadora.

Portanto, o estudo evidenciou que o apoio pedagógico precisa ser compreendido como parte integrante do processo de ensino, e não como um espaço à parte. Sua efetividade depende de condições estruturais adequadas, formação docente continuada e compromisso coletivo entre escola, família e comunidade. Só assim será possível transformar o apoio pedagógico em um ambiente de aprendizagem, acolhimento e desenvolvimento para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a importância do apoio pedagógico nos anos iniciais da Educação Básica como instrumento essencial para a inclusão e a permanência de alunos com necessidades específicas na escola. Mesmo com o amparo legal garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, pela Lei Brasileira de Inclusão de 2015 e pelo Plano Nacional de Educação de 2014, a realidade escolar ainda apresenta desafios significativos.

Por meio da experiência vivenciada no âmbito do PIBID/UFAC, foi possível compreender que o apoio pedagógico desempenha papel fundamental na identificação das dificuldades dos alunos, na elaboração de estratégias de ensino e na promoção da inclusão. Contudo, a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e a necessidade de formação continuada comprometem a efetividade das práticas pedagógicas voltadas à aprendizagem e à equidade.





Os dados observados e as reflexões teóricas apontam que o aumento expressivo de matrículas de alunos com deficiência representa tanto um avanço das políticas inclusivas quanto um desafio para a estrutura escolar. É necessário investir continuamente em

infraestrutura, formação docente e práticas colaborativas que envolvam toda a comunidade escolar. Em síntese, o apoio pedagógico não deve ser visto como um recurso complementar, mas como um eixo central da educação inclusiva. Sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, planejamento escolar e compromisso profissional. Quando pautado em princípios humanizadores e inclusivos, o apoio pedagógico contribui para a construção de uma escola que acolhe, respeita e garante o desenvolvimento integral de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2007.

DONIDA, Lais Oliva; SANTANA, Ana Paula. Apoio pedagógico como proposta de educação para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e192527, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945192527>.

LUCKOW, Heloiza Iracema; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; SCHULZE, Mariana Datria. Salas de apoio pedagógico na concepção de professoras da sala regular. *Psicologia:*

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 13. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

NETA, Oziane Duarte; PEREIRA, Suely Gomes dos Santos; MÉLO, Andréa Araujo de. Os desafios da prática pedagógica do professor de apoio na inclusão da criança na educação infantil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 12, p. 2153–2170, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17424>.

PINHEIRO, Derley. Acre lidera ranking nacional de matrículas no ensino especial, aponta Censo Escolar. *Notícias da Hora*, 27 mar. 2025. Disponível em: <https://noticiasdahora.com.br/cidades/outras-noticias/acre-lidera-ranking-nacional-de-matriculas-no-ensino-especial-aponta-censo-escolar.html>. Acesso em: 26 set. 2025.

SOUZA, Patrícia; CRUZ, Marcos. Apoio pedagógico e práticas inclusivas nos anos iniciais: reflexões e experiências. *Educação em Foco*, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2023.

VERAS, Cinthia. No Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, governo destaca avanço na inclusão de alunos com deficiência à rede regular. Agência de Notícias do Acre, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/no-dia-nacional-de-luta-pela-educacao-inclusiva-governo-destaca-avanco-na-integracao-de-alunos-com-deficiencia-a-rede-regular/>. Acesso em: 26 set. 2025.

Figura 1: Apoio Pedagógico, Sala de aula.



Fonte: Acervo NID/Pibid/Pedagogia/Ufac 2025